

ENTRE A FÉ E A FLORESTA: SOCIOBIODIVERSIDADE, RELIGIOSIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NA AMAZÔNIA MARAJOARA

**BETWEEN FAITH AND THE FOREST: SOCIOBIODIVERSITY, RELIGIOSITY,
AND SOCIAL MEMORY IN THE MARAJOARA AMAZON**

Ciências Sociais Aplicadas • 30/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785187515](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785187515)

Ana Flávia Gomes Ferreira

Diogo Jorge Melo

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica voltada à compreensão das relações entre sociobiodiversidade, religiosidade e memória social na Amazônia marajoara, considerando o território como espaço de produção de práticas, saberes e experiências historicamente situadas. Parte-se do entendimento de que a sociobiodiversidade se constitui a partir da articulação entre modos de vida, sistemas de conhecimento e formas de uso do ambiente, evidenciando a interdependência entre dimensões sociais e ecológicas. A abordagem teórica mobiliza contribuições da História, Antropologia e Ciências Sociais, com ênfase na compreensão da memória como processo coletivo e da religiosidade como dimensão constitutiva das práticas sociais. A metodologia consiste em levantamento e interpretação de produções acadêmicas que tratam dessas categorias no contexto amazônico, com atenção ao arquipélago do Marajó. Os resultados indicam que práticas religiosas e narrativas compartilhadas integram a organização do cotidiano, orientam relações com o território e participam da continuidade de saberes e experiências comunitárias. Evidencia-se que a memória social se expressa na transmissão de conhecimentos e na construção de referências sobre o espaço vivido, contribuindo para a permanência de formas de vida situadas. Conclui-se que a articulação entre sociobiodiversidade, religiosidade e memória social permite compreender a Amazônia marajoara como contexto no qual práticas, saberes e experiências se entrelaçam na produção da vida coletiva.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade; Religiosidade; Memória Social; Amazônia marajoara.

ABSTRACT

This article presents a literature review aimed at understanding the

relationships between sociobiodiversity, religiosity, and social memory in the Marajó region of the Amazon, considering the territory as a space for the production of historically situated practices, knowledge, and experiences. It starts from the understanding that sociobiodiversity is constituted from the articulation between ways of life, systems of knowledge, and forms of environmental use, highlighting the interdependence between social and ecological dimensions. The theoretical approach mobilizes contributions from History, Anthropology, and Social Sciences, with an emphasis on understanding memory as a collective process and religiosity as a constitutive dimension of social practices. The methodology consists of surveying and interpreting academic productions that address these categories in the Amazonian context, with attention to the Marajó archipelago. The results indicate that religious practices and shared narratives integrate the organization of daily life, guide relationships with the territory, and participate in the continuity of community knowledge and experiences. It is evident that social memory is expressed in the transmission of knowledge and the construction of references about lived space, contributing to the permanence of situated ways of life. It is concluded that the articulation between socio-biodiversity, religiosity, and social memory allows us to understand the Marajó region of the Amazon as a context in which practices, knowledge, and experiences intertwine in the production of collective life.

Keywords: Sociobiodiversity; Religiosity; Social memory; Marajó Amazon.

1. INTRODUÇÃO

Devemos salientar que as discussões sobre sociobiodiversidade na Amazônia marajoara vem demandando abordagens que

ultrapassam as leituras reducionistas centradas exclusivamente na diversidade biológica, considerando, de forma integrada, os modos de vida, os sistemas simbólicos e as práticas sociais que estruturam o território e orientam a relação entre sociedade e natureza, sendo possível compreender que tais dinâmicas se configuraram historicamente a partir de interações contínuas entre sujeitos, ambientes e saberes locais. Aspectos que produziram formas específicas de organizações sociais e culturais, as quais não podem ser dissociadas das condições ambientais nas quais se inserem, especialmente em contextos marcados por fortes dependências dos ciclos naturais, com destaque na centralidade dos recursos hídricos fortemente presentes na vida cotidiana.

Nesse sentido, a compreensão da sociobiodiversidade envolve reconhecer que os conhecimentos tradicionais não apenas interpretam o ambiente, mas também compreendem as práticas de uso e manejo que envolvem essas populações, constituindo uma racionalidade própria que articula dimensões ecológicas, culturais e políticas de maneira inseparável. O que evidencia a necessidade de situar tais processos em uma perspectiva histórica e relacional e que considere o território como espaço vivido, construído e continuamente ressignificado e modificado pelas populações que nele habitam.

Sabemos que no contexto marajoara, essas relações assumem especificidades decorrentes da condição insular, da dinâmica das marés e da interação entre campos naturais, rios e florestas, que configuram as espacialidades que são demarcadas por fluxos constantes e por temporalidades que atravessam as práticas sociais e produtivas. Deste modo, o território não se apresenta como uma base estática, mas como um espaço dinâmico, em constante

transformação, no qual as populações desenvolvem estratégias adaptativas que articulam conhecimentos ambientais e práticas culturais, e com isso, possibilita a reprodução de modos de vida singulares das distintas localidades, que dependem da leitura atenta dos ciclos naturais e das variações sazonais.

Justamente abordando esses aspectos, que este trabalho busca apresentar uma reflexão teórica de base bibliográfica, voltada à compreensão das relações entre sociobiodiversidade, religiosidade e memória social na Amazônia marajoara. Nessa abordagem, consideramos o território como espaço de produção de práticas, de saberes e de experiências historicamente situadas. Tendo como base, a compreensão que a sociobiodiversidade se constitui a partir da articulação entre modos de vida, sistemas de conhecimento e formas de uso do ambiente, evidenciando a interdependência entre dimensões sociais e ecológicas.

Justamente com base nessa proposição teórica, destacamos que essa pesquisa se caracteriza como qualitativa, sendo de base bibliográfica, orientada pela seleção e interpretação de produções acadêmicas que abordaram as categorias de sociobiodiversidade, religiosidade e memória social, principalmente em uma perspectiva interdisciplinar, articulando principalmente contribuições de distintas áreas do conhecimento como: História, Antropologia e Ciências Sociais, dentre outras. Com o objetivo de construir um quadro interpretativo capaz de compreender as relações entre práticas culturais, uso do território e produção de identidades no contexto amazônico.

A escolha desse percurso metodológico fundamenta-se na necessidade de integrar diferentes referenciais teóricos e de

compreender as dinâmicas socioculturais a partir de uma perspectiva relacional, que considere a complexidade das interações entre sociedade, natureza e cultura. A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundar o debate sobre as dinâmicas amazônicas a partir de uma abordagem que integre dimensões culturais, simbólicas e ambientais, considerando que a articulação entre sociobiodiversidade, religiosidade e memória social ainda é pouco explorada de forma integrada, especialmente no contexto marajoara, o que evidencia a importância de investigações que considerem o território como espaço de relações históricas, simbólicas e ambientais.

Ao evidenciar como práticas culturais, sistemas de crença e narrativas coletivas se articulam na organização do território e na construção das identidades, torna-se possível compreender as formas de resistência e de continuidade que sustentam os modos de vida na Amazônia marajoara, contribuindo para o avanço das discussões teóricas sobre a região.

Destaco que este trabalho se configura a partir das bases teóricas que estão sendo desenvolvidas na dissertação “Religiosidade e memória social: as devoções da comunidade São João Batista como expressões de identidade e cuidado na Amazônia marajoara”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Educação da Universidade Federal do Pará em Breves Marajó, que possui o objetivo de pesquisar como as práticas devocionais da comunidade São João Batista se configuram como redes de cuidado, articulando religiosidade, saberes tradicionais e memória social na Amazônia Marajoara.

A sociobiodiversidade na Amazônia, especialmente no arquipélago do Marajó, constitui-se como uma expressão indissociável entre diversidade biológica e diversidade cultural, na qual os modos de vida tradicionais articulam práticas de manejo sustentável, saberes ancestrais e sistemas simbólicos profundamente enraizados no território. Nesse contexto, a religiosidade emerge como elemento estruturante das relações sociais e ambientais, manifestando-se por meio de rituais, crenças e devoções que atribuem sentido espiritual à natureza e orientam práticas cotidianas de uso dos recursos naturais. Paralelamente, a memória social atua como um dispositivo de transmissão intergeracional desses conhecimentos e valores, preservando narrativas, experiências e identidades coletivas que fortalecem o pertencimento comunitário e a continuidade cultural. Assim, sociobiodiversidade, religiosidade e memória social configuram um sistema integrado que sustenta tanto a conservação dos ecossistemas amazônicos quanto a reprodução social das populações tradicionais, evidenciando a complexidade e a riqueza das dinâmicas socioculturais no Marajó.

Devemos evidenciar que Agenor Sarraf Pacheco (2010) dissertou que o território marajoara se constitui como um espaço simbólico e material simultaneamente, no qual as relações sociais são profundamente influenciadas pelas características ambientais, de modo que a vida cotidiana, as formas de circulação e as práticas produtivas são organizadas a partir das dinâmicas das águas, conferindo ao espaço uma dimensão relacional que integra natureza e cultura de forma indissociável, aspecto que diferencia esse contexto de outras realidades socioterritoriais. Por isso, consideramos que a memória social, nesse contexto, não pode ser compreendida como um simples repositório de lembranças individuais, mas como um processo complexo e coletivo de

construção e atualização de sentidos que orienta práticas sociais e reforça vínculos de pertencimento. Sendo ela fundamental para a continuidade das experiências comunitárias e para a transmissão de saberes intergeracionais, especialmente em sociedades onde a oralidade ocupa papel central na circulação de conhecimentos e na organização da vida social.

Maurice Halbwachs (2006) ao tentar compreender a memória coletiva, afirmou que ela se estrutura a partir das relações sociais e dos quadros de referência compartilhados, aspecto que nos permite compreender que, na Amazônia, as narrativas dos mais velhos assumem função estruturante na medida em que articulam experiências, valores e conhecimentos sobre o território, contribuindo para a manutenção de identidades coletivas e para a orientação das práticas cotidianas. Aspecto que foi ressaltado por Maria de Nazaré Pereira e seus coautores (Pereira *et al.* 2025), ao estudarem a memória em contexto ribeirinho na Amazônia, evidenciaram que essas narrativas se constituem em verdadeiros sistemas de conhecimento, capazes de transmitir saberes sobre o ambiente, os modos de vida e as relações sociais, evidenciando que a memória atua como elemento fundamental na reprodução destas comunidades.

Destacamos que esses aspectos ficam mais evidentes quando compreendemos a ampliação do conceito de sociobiodiversidade nesses contextos amazônicos. Já que tais concepções implicam em reconhecer que a diversidade cultural e os sistemas de conhecimento locais são componentes essenciais para a compreensão das relações entre sociedade e natureza, uma vez que os saberes tradicionais orientam práticas de manejo, formas de organização social e modos de interpretação do mundo. Os quais

nem sempre se enquadram em categorias analíticas da ciência moderna, exigindo abordagens que considerem a complexidade dessas interações e a pluralidade de racionalidades existentes.

Complementando essa questão, Dione do Socorro de Souza Leão (2014), pesquisadora e historiadora em Breves-PA, em sua pesquisa de dissertação destacou que os processos de cultura e resistência na Amazônia estão diretamente relacionados à produção de identidades situadas e à valorização dos saberes locais reforça que o território se configura como espaço de formação política e social, no qual as práticas culturais e experiências históricas se articulam na construção de sentidos de pertencimento. Aspectos que evidenciam que a sociobiodiversidade deve ser compreendida como um fenômeno que envolve dimensões simbólicas, históricas e sociais, para além de sua dimensão ecológica.

A religiosidade, nesse contexto, deve ser entendida como um sistema cultural que organiza percepções, valores e práticas sociais, conferindo sentido às experiências individuais e coletivas e orientando formas de relação com o território e com o ambiente, sendo constituída por um conjunto de símbolos, rituais e narrativas que estruturam a vida social e produzem referências normativas para a ação. Desse ponto, trazemos a percepção de Clifford Geertz (1989), antropólogo que definiu a religiosidade a partir de um sistema de símbolos que estabelecem disposições duradouras nos indivíduos, permitindo compreender que, nas sociedades, incluindo as amazônicas, a fé se manifesta como uma dimensão distinta e orienta práticas e comportamentos. Principalmente a partir de crenças compartilhadas, as quais articulam dimensões materiais e espirituais da existência.

Consolidando essa percepção, Agenor Sarraf Pacheco (2010) evidenciou que as encantarias afro-indígenas no Marajó constituem formas específicas de interpretação do mundo, nas quais a presença de entidades espirituais está diretamente associada ao território e às práticas sociais. Percepção que se soma as concepções de Diogo Jorge de Melo (2020), que compreendeu que essas manifestações religiosas se estruturam em relações sociais complexas e capazes de organizar aspectos da vida comunitária, evidenciando a centralidade da religiosidade na constituição das dinâmicas socioculturais amazônicas.

A partir destas concepções, conseguimos entender que a articulação entre religiosidade e sociobiodiversidade pode ser compreendida a partir da noção de que as práticas simbólicas e espirituais influenciam diretamente as formas de uso e de cuidado com o ambiente. Muitas vezes estabelecendo normas e valores que orientam a relação dos sujeitos com o território e contribuem para a conservação dos ecossistemas, ainda que tais processos não sejam reconhecidos formalmente como práticas ambientais.

Sobre a compreensão dessas relações, que entendemos como eco-sistêmicas¹, o que Thomaz de La Rocque Amadeo e Alexandro Solórzano (2022) argumentaram como as ecologias espirituais, as quais evidenciam a interdependência entre espiritualidade e conservação da sociobiodiversidade. Destacam que as práticas religiosas podem desempenhar papel fundamental na construção de relações sustentáveis com o ambiente, promovem valores de respeito, cuidado, reciprocidade e até mesmo de integração. O que nos permite compreender que as acepções de religiosidades não se limitam apenas ao campo simbólico, mas se articulam diretamente com as práticas sociais e com a gestão do território, configurando-se

em elementos estruturantes das dinâmicas socioculturais sendo elas agentes integradores do real, do vivido e do existencial.

A memória social, por sua vez, se articula a essas práticas ao constituir um campo de produção de sentidos e de resistência cultural, no qual experiências históricas e saberes tradicionais são mobilizados na construção de identidades e na manutenção de vínculos comunitários, sendo fundamentais à continuidade das formas de *viver a vida* e para a preservação dos conhecimentos associados ao território. Desse ponto, trazemos Ecléa Bosi (1994), autora que destacou que as memórias dos mais velhos desempenham um papel essencial na transmissão de experiências e valores, funcionando como elo entre passado e o presente. O que permite compreender que, na Amazônia, as narrativas orais constituem formas de resistência frente aos processos de transformação social e cultural, contribuindo para a preservação das identidades locais e para a reprodução das práticas sociais. Nesse sentido, a memória não apenas rememora experiências, mas orienta práticas e produz sentidos que sustentam a continuidade das comunidades e consequentemente as suas identidades.

A compreensão dessas dinâmicas exige considerar o território como espaço de múltiplas racionalidades, no qual diferentes formas de conhecimento coexistem e entram em tensão, evidenciando a necessidade de abordagens que reconheçam a pluralidade de ontologias presentes nas sociedades amazônicas e a complexidade das relações entre sociedade e natureza.

Por esses aspectos que Arturo Escobar (2015) propôs que os territórios devem ser compreendidos como espaços de diferença, nos quais distintas formas de ser e de conhecer o mundo se

manifestam. Concepção que nos permite compreender que, na Amazônia marajoara, a articulação entre saberes tradicionais e práticas contemporâneas revelam a coexistência de múltiplas racionalidades que estruturam as dinâmicas sociais e ambientais. Dessa forma, a sociobiodiversidade, a religiosidade e a memória social se apresentam como dimensões interdependentes, cuja compreensão integrada possibilita evidenciar as bases da organização social e da construção das identidades na região marajoara.

2. SOCIOBIODIVERSIDADE E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA MARAJOARA

A noção de sociobiodiversidade, no contexto amazônico, não pode ser compreendida a partir de uma separação entre diversidade biológica e diversidade cultural, uma vez que ambas se constituem de forma interdependente nos modos de vida das populações locais, sendo necessário considerar que as práticas produtivas, os sistemas simbólicos e as formas de organização social estruturam relações específicas com o ambiente, ao mesmo tempo em que orientam a reprodução material e social das comunidades ao longo do tempo histórico, evidenciando que o território não é apenas um suporte físico, mas um espaço vivido e continuamente produzido por experiências coletivas.

Manuela Carneiro da Cunha (2009), nesse direcionamento compreensivo, evidenciou que a cultura deve ser entendida como uma categoria situada, construída em contextos específicos, ressaltando que os saberes tradicionais não podem ser dissociados dos ambientes nos quais são produzidos. O que permite compreender a sociobiodiversidade como resultado de interações

sócio-históricas entre grupos humanos e seus respectivos ecossistemas, articulando práticas, conhecimentos e formas de pertencimento.

No arquipélago do Marajó, essa relação das culturas com aspectos envolventes da sociodiversidade assumem características próprias, que são profundamente demarcadas pelos ciclos das águas, pelas variações entre períodos de cheia e vazante sazonais ou o ciclo das marés. Assim como a presença dos campos naturais, que se transformam ao longo do ano, exigindo das populações locais constantes leituras do ambiente, que orienta e determina as suas práticas cotidianas. Como ocorre, por exemplo, com pescadores, os quais ajustam suas técnicas conforme o comportamento dos peixes em diferentes estações ou com famílias que reorganizam suas atividades produtivas a partir das condições de acesso aos territórios alagados (Cunha, 2009).

Agenor Sarraf Pacheco (2010) destacou que o rio e a floresta não são apenas elementos naturais, mas referências simbólicas, que organizam identidades e práticas sociais, sendo recorrente nas narrativas locais a afirmação de que “é o rio que ensina o tempo das coisas”. Expressão que sintetiza a centralidade dos ciclos ambientais na organização da vida marajoara, evidenciando uma territorialidade construída a partir da experiência cotidiana. Deis Elucy Siqueira (2010), corrobora essa ideia ao descrever os processos historiográficos que marcaram a história da região e conseqüentemente as formas de interpretação preconceituosas e descontextualizadas para com estas populações:

Essas populações sempre foram discriminadas, inferiorizadas, na representação social hegemônica, porque associadas ao conservadorismo, ao velho, ao ultrapassado. As várias denominações regionais com que são conhecidas – tabaréus, caipiras, brejeiros, sertanejos, ribeirinhos, peões, sertanejos, caboclos, bugres – se equivalem, no sentido de serem desqualificadoras, associadas que são à ideia de “estorvo” ao progresso, à industrialização, à modernização. Na ideologia constitutiva da nação, essas populações deveriam ser substituídas, colonizadas pela modernidade, pela disciplina do trabalho, pelo consumo, pela mercantilização, pela monetarização geral. Até princípios do século passado, foram consideradas como “gentilha”, inclusive em documentos oficiais (Siqueira, 2010, p. 60).

Nesse sentido, sabemos que essa compreensão deslocou a ideia de biodiversidade como um dado exclusivamente natural, como isso, precisamos a reposicionar como um fenômeno socialmente mediado, no qual práticas culturais participam ativamente da constituição e manutenção dos ambientes. O que se torna ainda mais evidente quando se observam formas tradicionais de manejo, que combinam conhecimento empírico e transmissão intergeracional. Como no caso da pesca com *matapi* ou do uso de técnicas específicas para coleta de frutos em áreas alagadas.

Consequentemente, Dione do Socorro de Souza Leão (2014) destacou que cultura e resistência na Amazônia se estruturam a partir de processos históricos que articulam memória, identidade e educação popular, evidenciando que o território é também espaço de formação social e política, no qual saberes são produzidos e mobilizados como estratégias de permanência diante de transformações externas.

A compreensão das dinâmicas socioterritoriais na Amazônia exige considerar os processos históricos que moldaram as formas de vida, trabalho e organização dos espaços urbanos e ribeirinhos, especialmente em regiões como o Marajó, onde a relação entre infraestrutura precária, mobilidade fluvial e práticas econômicas tradicionais, revela aspectos centrais da sociobiodiversidade. Esse processo histórico, marcado pela resistência, foi descrito por Dione do Socorro de Souza Leão (2014):

Tanto seu Antônio Soares como José Maria Garcia, embora em recortes temporais diferentes, o primeiro, nos finais da década de 1930 e, o segundo, no ano de 1964, nos trazem olhares da área portuária no período noturno; sobressaem-se nesses depoimentos uma problemática enfrentada pela maioria das cidades da Amazônia no período: ruas escuras, cidade sem energia elétrica à noite e durante o dia de forma precária [...]. Nota-se ainda que mesmo às escuras, a chegada das embarcações movimentavam os portos e formas de trabalhos a eles vinculados, como a dos carregadores (Leão, 2014, p. 30).

A partir de memórias e narrativas locais, compreende-se que, mesmo com a ausência de serviços básicos, energia elétrica por exemplo, não impedia a vitalidade das atividades portuárias, destacando a centralidade dos rios e dos portos na vida social e econômica da população. Além disso, o trecho contribui para compreender como essas experiências históricas, marcadas por resistência e adaptação, integram a memória social coletiva e ajudam a explicar a permanência de determinadas práticas culturais e formas de trabalho, fundamentais para a constituição identitária e para a leitura das relações entre sociedade, território e ambiente na Amazônia.

Para além dessas relações, a formulação do conceito de sociobiodiversidade no campo socioambiental brasileiro está associada a debates sobre direitos territoriais e reconhecimento de comunidades tradicionais. Inserindo-se em disputas por legitimidade e por definição de modelos de desenvolvimento, o que evidenciou que tais processos não são neutros, mas atravessados por diversas relações de poder, as quais influenciam a continuidade de práticas e a gestão dos recursos naturais assim como as proposições de políticas setoriais. Nesse âmbito que Arturo Escobar (2015) propôs compreender o território a partir de uma ontologia política², reconhecendo a existência de múltiplas formas de conceber a relação entre sociedade e natureza, o que permite entender que as territorialidades marajoaras expressam modos específicos de organização do mundo social e ambiental, nos quais práticas locais entram em tensão com projetos externos que buscam reconfigurar o uso do espaço.

Nesse cenário, as atividades desenvolvidas no arquipélago, como a pesca artesanal, a criação de animais em campos naturais e a

agricultura familiar em pequena escala, não se limitam à dimensão econômica, mas integram sistemas de conhecimento e redes sociais que estruturam a vida coletiva, sendo possível observar, por exemplo, que calendários produtivos se articulam as festividades religiosas e aos momentos de socialização comunitária, reforçando vínculos de pertencimento e reciprocidade. Nesse aspecto, ambiente e cultura se encontram intrinsecamente fundidos.

Wladimir Borges (2021) afirmou que as memórias da Amazônia marajoara constituem componentes estruturantes da identidade coletiva, destacando que “lembrar não é apenas recordar o passado, mas reafirmar modos de vida que persistem nas relações com o território” (p.12), compreendendo que narrativas sobre trabalho, natureza e experiência social participam diretamente da organização das comunidades e da reprodução de suas práticas. Por este aspecto que as especificidades socioambientais do Marajó exigem considerar, ainda, as adaptações constantes às dinâmicas ambientais, como ocorre com as famílias que constroem casas elevadas para lidar com inundações ou que deslocam rebanhos conforme a disponibilidade de pastagem, evidenciando que a organização do espaço responde simultaneamente a condicionantes ecológicos e a decisões sociais. Dione do Socorro de Souza Leão (2018) complementa esta aceção, entendendo que as identidades amazônicas são produzidas em diálogo com condições materiais e históricas, o que inclui adaptações às variações ambientais e as respostas diretamente ligadas às pressões exógenas. O que permite compreender que as práticas culturais não são estáticas, mas se transformam a partir das experiências concretas vividas pelas comunidades.

Deste modo, a memória coletiva assume papel central na construção dessas territorialidades, pois narrativas sobre ocupação, trabalho e conflitos contribuem para legitimar direitos e reforçar vínculos com o espaço vivido, funcionando como elemento de continuidade e de organização social. Conforme Maurice Halbwachs (2006), a memória é um processo social ancorado em grupos, que selecionam e organizam recordações a partir de referências compartilhadas. O que permite entender que, no contexto marajoara, relatos sobre pesca, agricultura e festividades religiosas não apenas rememoram experiências, mas orientam práticas e consolidam formas de pertencimento.

A interpretação dessas práticas exige considerar os sistemas simbólicos que organizam significados e orientam ações coletivas, uma vez que as relações com o ambiente são mediadas por representações que articulam natureza, trabalho e espiritualidade, configurando formas específicas de compreensão do mundo. Como Clifford Geertz (1989) afirmou, a cultura constitui uma teia de significados tecida pelos próprios sujeitos, o que permite compreender as práticas cotidianas e rituais que expressam sistemas interpretativos que estruturam decisões sobre uso e cuidado do território. Sendo possível observar, no contexto marajoara, que determinadas áreas são respeitadas ou evitadas em função de narrativas associadas a entidades ou eventos históricos.

A transmissão desses conhecimentos ocorre por meio de processos educativos que estão para além dos processos de escolarização, envolvendo experiências familiares, comunitárias e religiosas que garantem a continuidade das práticas e dos saberes locais. Rosana de Carvalho Sanches (2020) destacou que os processos educativos na Amazônia contemporânea participam da construção de

memórias e identidades territoriais, evidenciando que o aprendizado sobre ciclos naturais, técnicas produtivas e normas de convivência ocorre em contextos situados, reforçando a integração entre experiência e conhecimento.

A memória social, ao ser mobilizada em narrativas de resistência e permanência, contribui para a construção de estratégias coletivas diante de transformações que incidem sobre o território e sobre os modos de vida tradicionais, permitindo que comunidades reafirmem seus vínculos e reorganizem suas práticas. Por este aspecto que Ecléa Bosi (1994) enfatizou que as lembranças articulam experiências individuais e coletivas, possibilitando compreender como recordações se tornam instrumentos de interpretação do presente. Aspecto que se manifesta, na Amazônia e no Marajó, em relatos sobre mudanças ambientais, conflitos e transformações econômicas que orientam decisões e reforçam identidades. Conforme apresentado por Priscila Faulhaber (1998) ao mencionar que os mitos se interconectam com os ativismos culturais contemporâneos, destacando que a politização dos movimentos sociais, no seu caso os indígenas, não significa “a abolição da fantasmagoria social que embebe os processos de dominação” (p.188). Configurada para ela como uma mobilização que se alimenta destes aspectos. Uma “maquinação de devaneios enraizada nas relações sociais da história da colonização” (p.188). O que para a autora engendra um reencantamento das práticas sociais e suas simbolizações, assim como das formas de conhecimento.

As pressões contemporâneas sobre o arquipélago marajoara, incluindo a expansão de projetos econômicos e alterações nos regimes de uso da terra, interferem diretamente na organização das territorialidades e na reprodução dos conhecimentos associados à

sociobiodiversidade, evidenciando a existência de disputas entre diferentes concepções de desenvolvimento. Nesse sentido que Arturo Escobar (2015) argumentou que essas disputas envolvem confrontos entre distintas formas de conceber a relação com a natureza, indicando que comunidades locais mobilizam seus próprios referenciais para afirmar modos de existência, o que permite compreender que a sociobiodiversidade se configura como categoria que articula diversidade ambiental, construção social do território e dinâmicas históricas que estruturam a experiência marajoara.

3. RELIGIOSIDADES COMO BASES COMPREENSIVAS DOS *ECOSISTEMAS* CULTURAIS E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS

A compreensão das religiosidades no contexto amazônico, especialmente em sua expressão marajoara, demanda de um reconhecimento enquanto sistema cultural complexo, no qual práticas, narrativas e experiências se articulam na produção de sentidos sobre o mundo e na organização da vida social, não podendo ser reduzidas a crenças individuais, mas entendidas como formas de mediação entre sujeitos, coletividades e os múltiplos elementos que compõem o território, incluindo dimensões materiais, espirituais e ambientais que se entrelaçam de maneira indissociável ao longo das experiências históricas. Clifford Geertz (1989) define a religião como um sistema de símbolos que atua na formulação de concepções de ordem e na consolidação de disposições duráveis, permitindo compreender que rituais, devoções e práticas religiosas operam como dispositivos que organizam percepções, orientam condutas e produzem referenciais compartilhados que estruturam a experiência social. Essa perspectiva possibilita situar a religiosidade amazônica como um

campo de produção de sentidos que atravessa o cotidiano, conferindo coerência às práticas coletivas e estabelecendo parâmetros para a organização das relações sociais e ambientais.

José Maria Guimarães Ramos (2019) busca aprofundar suas investigações sobre essa relação marcante que existe entre a cultura, religião e comportamento nessa região:

As narrativas de milagres sustentam-se com as declarações de seus personagens que com suas experiências interpretam e fazem a história, isto acontece sob a forma de testemunhos. Essa oralidade é um aspecto importante da cosmologia amazônica, é onde se mostra seus conceitos subjacentes aos relatos nativos como “na mata fui enganado por um bicho que tinha a aparência de gente” ou “fui salvo da morte por Nossa Senhora”. Por isso, [...] como se deve levar a sério os conceitos nativos: “para crer ou não crer em um pensamento, é preciso primeiro imaginá-lo como um sistema de crenças”. Na Amazônia tal sistema é composto pelos elementos da cosmologia ameríndia e do catolicismo popular vindo de Portugal que fazem uma cosmologia onde é possível tanto a crença nos mitos amazônicos como nos santos católicos.

No entanto, a compreensão dessas religiosidades exige deslocar generalizações que tomam as práticas religiosas como necessariamente coletivas e homogêneas, uma vez que, no contexto

amazônico, coexistem formas distintas de vivência religiosa que incluem tanto expressões públicas, como festas de santos e romarias do catolicismo popular, quanto práticas marcadamente individualizadas, como as pajelanças, nas quais, mediado por entidades espirituais, organiza o campo simbólico e as experiências de cura, orientação e comunicação com outros mundos. Agenor Sarraf Pacheco (2010) evidenciou que as encantarias afro-indígenas marajoaras constituem sistemas de conhecimento que articulam narrativas míticas, práticas de cura e experiências espirituais, revelando que essas religiosidades não se estruturam apenas na dimensão visível das relações sociais, mas também em interações com entidades que participam ativamente da organização do mundo, ampliando a compreensão do coletivo para além do humano e incorporando outras formas de existência que compõem a vida social.

Essa ampliação permite compreender que as religiosidades amazônicas operam em uma lógica relacional que ultrapassa a distinção entre natureza e cultura, ao integrar diferentes dimensões da existência em redes de interação nas quais humanos e não humanos atuam como mediadores de ações e significados. Bruno Latour (2012) afirmou que “elementos heterogêneos, humanos e não humanos [...] são tudo aquilo que gera uma ação e se presta como mediador de uma conexão”, indicando que tais atores “fazem fazer”, ao traduzirem e estabelecerem novas conexões que produzem transformações nas redes sociais, perspectiva que se torna particularmente pertinente para compreender as práticas religiosas amazônicas, nas quais entidades espirituais, objetos, rituais, lugares e sujeitos se articulam na produção de sentidos e na organização das experiências. Nesse horizonte, as religiosidades marajoaras podem ser compreendidas como redes de mediação nas quais

diferentes atores participam da constituição do social, evidenciando que o campo religioso não se restringe ao simbólico, mas envolve relações efetivas entre mundos distintos.

Nessa direção, as noções de mitopoéticas e fratrimento, desenvolvidas em pesquisas recentes no campo amazônico, permitem avançar na compreensão dessas dinâmicas ao considerar que as experiências religiosas não se limitam à representação simbólica da realidade, mas constituem formas de produção de mundo que se expressam em narrativas, estéticas e práticas que articulam dimensões visíveis e invisíveis, materiais e espirituais, configurando modos próprios de existência e de pertencimento. As mitopoéticas, nesse sentido, revelam que determinadas experiências só podem ser compreendidas a partir das cosmologias que as sustentam, enquanto o fratrimento desloca a noção de patrimônio para uma lógica relacional e coletiva, na qual saberes, práticas e vínculos são compartilhados e continuamente atualizados nas relações entre sujeitos e territórios, permitindo compreender que as religiosidades participam ativamente da constituição dessas redes de sentido.

A relação entre religiosidade e sociobiodiversidade, nesse contexto, não pode ser compreendida como uma simples associação entre crença e conservação ambiental, mas como um processo mais amplo no qual práticas religiosas participam da produção de valores, normas e formas de cuidado com o território, orientando comportamentos e estabelecendo limites para o uso dos recursos naturais a partir de referenciais que articulam espiritualidade e responsabilidade coletiva. Thomaz de La Rocque Amadeo e Alexandre Solórzano (2022) discutiram as ecologias espirituais como campos nos quais espiritualidade e conservação se entrelaçam,

evidenciando que práticas religiosas podem fortalecer compromissos com a proteção dos ecossistemas, aspecto que pode ser observado no contexto marajoara em situações nas quais determinadas áreas são respeitadas por estarem associadas a entidades encantadas, ou em práticas de uso controlado de recursos motivadas por valores religiosos que orientam o cuidado com o ambiente.

Essas dinâmicas tornam-se particularmente evidentes nas práticas do catolicismo popular, que mobilizam redes de sociabilidade por meio de festas de santos, promessas e romarias, organizando calendários sociais que articulam trabalho, devoção e convivência comunitária, como ocorre em celebrações que envolvem a preparação coletiva de alimentos, a realização de procissões e a partilha de experiências, reforçando vínculos de parentesco e reciprocidade. Eliane Miranda Costa (2018) demonstrou que objetos devocionais e espaços de culto, integram circuitos simbólicos que estruturam a vida coletiva, evidenciando que a igreja e outros espaços de celebração funcionam como locais de encontro e negociação, nos quais dimensões religiosas e sociais se entrelaçam, consolidando formas de organização comunitária que ultrapassam o âmbito estritamente litúrgico.

A dimensão ética da religiosidade se manifesta, nesse contexto, em prescrições que orientam práticas de solidariedade, reciprocidade e responsabilidade compartilhada, configurando um conjunto de disposições que regulam relações sociais e estruturam formas de convivência no território. Eliane Miranda Costa (2025) ainda destacou que artefatos, saberes e práticas das comunidades marajoaras constituem patrimônios culturais que incluem elementos religiosos, evidenciando que tais práticas participam da organização social e da

transmissão de conhecimentos, o que permite compreender que a religiosidade se insere nas rotinas produtivas e nas relações familiares, contribuindo para a continuidade dos modos de vida locais.

Os rituais religiosos desempenham papel fundamental na atualização dessas experiências, ao funcionarem como momentos nos quais narrativas, valores e vínculos são reafirmados e reinterpretados, permitindo a continuidade das memórias coletivas e a renovação dos compromissos comunitários. Clifford Geertz (1989) afirmou que os rituais tornam visíveis as concepções de mundo ao dramatizá-las, possibilitando compreender que, no contexto amazônico, celebrações e práticas religiosas não apenas expressam crenças, mas produzem experiências que reforçam identidades e articulam espiritualidade e cotidiano, contribuindo para a sustentação das formas de vida.

As instituições religiosas, incluindo igrejas, casas de culto e espaços ritualísticos, configuram-se como arenas de sociabilidade e de articulação política, nas quais decisões coletivas são discutidas, conflitos são mediados e alianças são estabelecidas, evidenciando que a religiosidade participa da organização social de maneira ampla e integrada. Nesse contexto, Enrique Leff (2001) nos permite compreender que racionalidades culturais influenciam formas de gestão do espaço e de organização social, indicando que instituições religiosas podem atuar como mediadoras de práticas relacionadas ao ambiente, aspecto que se evidencia no contexto marajoara na medida em que esses espaços contribuem para a distribuição de responsabilidades e para a construção de acordos coletivos.

A interação entre diferentes matrizes religiosas, como o catolicismo, as encantarias afro-indígenas e outras práticas locais, produz configurações específicas que refletem processos históricos de contato, adaptação e negociação cultural, resultando em expressões religiosas que articulam elementos institucionais e experiências comunitárias. Agenor Sarraf Pacheco (2010) acaba por mostrar que essas interações revelam a complexidade do campo religioso amazônico, evidenciando que práticas e crenças se reorganizam continuamente, influenciando formas de compreender saúde, natureza e convivência social, o que permite compreender que a religiosidade se constitui como dimensão central na organização das experiências coletivas.

Dessa forma, a compreensão das religiosidades na Amazônia marajoara exige reconhecer sua inserção em processos históricos, sociais e ambientais que estruturam modos de vida e produzem formas específicas de relação com o território, evidenciando que práticas religiosas, narrativas e experiências espirituais não apenas expressam sistemas de crença, mas participam ativamente da construção de identidades, da organização social e da manutenção da sociobiodiversidade, configurando-se como elemento estruturante das dinâmicas que sustentam a vida na região.

4. MEMÓRIA SOCIAL, IDENTIDADE TERRITORIAL E RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA

A memória social, no contexto amazônico marajoara, manifesta-se como prática situada que organiza experiências e orienta os modos de viver no território, sendo perceptível não apenas em narrativas sobre o passado, mas nas formas como o cotidiano é estruturado a partir de saberes, lembranças e referências compartilhadas entre

gerações, onde evidencia-se, por exemplo, nas histórias contadas por moradores mais antigos sobre períodos de cheia e seca, nos relatos sobre deslocamentos entre comunidades e nas explicações sobre mudanças no comportamento dos rios e dos campos naturais.

Conforme Maurice Halbwachs (2006) a memória se comporta como processo social ancorado em quadros coletivos que orientam a forma como os sujeitos recordam e interpretam suas experiências. O que permite reconhecer que, no Marajó, as recordações não são apenas individuais, mas organizadas a partir de referências comuns que vinculam sujeitos ao território em questão e se estruturam como formas de compreensão sobre a relação dada entre a permanência e a transformação.

Aspecto que se caracteriza no cotidiano das comunidades marajoaras, já que essas dinâmicas se tornam visíveis em práticas concretas, como o ensino das técnicas de pesca com *matapi*, no qual crianças aprendem, acompanhando adultos. Não apenas o manejo do instrumento, mas também os períodos adequados para sua utilização, as áreas mais propícias e os significados associados ao trabalho no rio, evidenciando que o aprendizado ocorre por meio da convivência e da observação direta, articulando experiência, narrativa e prática. Maria de Nazaré Pereira e seus coautores (Pereira *et al.*, 2025) indicaram que as memórias dos “mais antigos” (idosos/velhos), se constituem em um repertório fundamental para compreender as identidades culturais ribeirinhas. Destacam que a transmissão desses saberes ocorre em contextos cotidianos, como a confecção de artefatos, as atividades de pesca e as interações familiares, o que permite compreender que a memória se atualiza continuamente na prática social e não apenas no discurso.

Situando os costumes e a cultura dos povos locais, Maria de Nazaré Pereira e coautores proferiram:

As comunidades ribeirinhas detêm um vasto conhecimento sobre a fauna, a flora e os fenômenos naturais, e esse saber influencia diretamente seus processos culturais transmitidos, em grande parte, pela oralidade. São causos, lendas, histórias de visagens e encantados, potocas de pescador, além de conhecimentos medicinais, engenharias populares, artes e artesanatos. Antigamente, nas margens do Rio Sirituba, era comum verem crianças, adolescentes e jovens reunidos ao redor dos mais velhos, ouvindo com atenção suas histórias de assombração e encantados. Também acompanhavam com entusiasmo as atividades do dia-a-dia, como a pesca com anzol, colocar matapi, lancear, fazer camboa, apanhar açaí, plantar arroz, feijão, maxixe e cana-de-açúcar. As mulheres mais velhas ensinavam a fazer abanos, rasas, paneiros, caroceiras, peneiras e outros utensílios, e os jovens aprendiam com brilho nos olhos, encantados com cada detalhe (Pereira et al., 2025, p. 13).

A compreensão dessa forma de transmissão intergeracional evidencia que o conhecimento não se restringe a conteúdos formais, mas envolve aprendizagens situadas que articulam ambiente, trabalho e relações sociais. Similarmente como ocorre em comunidades de Breves no Marajó, onde o reconhecimento de

determinados pontos do rio, considerados mais seguros ou mais produtivos, é transmitido por meio de relatos e experiências compartilhadas durante deslocamentos cotidianos. Permitindo assim, que os mais jovens compreendam não apenas a geografia do lugar, mas também suas histórias e significados.

Nesse mesmo sentido, Rosana de Carvalho Sanches (2020) destacou que processos educativos na Amazônia contemporânea ocorrem em múltiplos espaços, incluindo família, comunidade e práticas religiosas, evidenciando que a formação dos sujeitos está profundamente vinculada às experiências vividas no território e às memórias que circulam nesses contextos. Destacamos também que a presença dessas memórias também se expressa na relação com espaços considerados significativos, como determinados trechos de rios, áreas de cultivo ou locais associados a acontecimentos marcantes, os quais são constantemente referenciados em narrativas que orientam comportamentos e decisões, como evitar certos lugares em horários específicos ou respeitar áreas associadas a experiências passadas de risco ou de proteção.

Eliane Miranda Costa (2018) entende, que na Amazônia marajoara a materialidade e a espiritualidade se entrelaçam nas narrativas e nas práticas sociais, evidenciando que objetos, espaços e experiências são continuamente ressignificados a partir de memórias compartilhadas, o que contribui para a organização da vida coletiva e para a construção de referências sobre o território. Dinâmica que se torna ainda mais evidentes, espirituais, quando se observam práticas relacionadas às encantarias e às experiências onde narrativas sobre encontros com entidades ou sobre acontecimentos considerados extraordinários passam a integrar o repertório coletivo e a orientar condutas, como a escolha de locais para pesca, a

definição de horários de circulação ou a realização de práticas de proteção.

Diogo Jorge de Melo (2020), nesse contexto, pensando religiosidades afro-amazônicas, considerou que as encantarias afro-amazônicas constituem formas de conhecimento que articulam experiências, narrativas e práticas sociais, evidenciando que essas relações não se restringem ao campo simbólico e do imaginário, mas participam efetivamente da organização social e da compreensão do território. Com isso, problematizou:

Pregando desta forma uma construção discursiva que não se constrói na contextualização de saberes afro-centrados, que deveriam se alicerçar, por exemplo, em um pensar nagô, ou um “pensar afro-amazônico”, assim como saberes (ontológicos e epistêmicos) presente nos terreiros e espaços de domínio das religiões afro-diaspóricas. Lembramos que as ditas macumbas, abarcam diversas representações de grupos étnicos africanos, brasileiros e até europeus, como veremos nas religiões afro-amazônicas (Melo, 2020, p. 5).

A continuidade dessas práticas depende de processos constantes de atualização das memórias, que ocorrem em situações cotidianas e em momentos específicos de interação social, como encontros comunitários, atividades de trabalho coletivo e celebrações religiosas, nas quais histórias são recontadas, as experiências são compartilhadas e saberes são reafirmados, permitindo que

diferentes gerações se reconheçam como parte de uma mesma trajetória.

Recordamos que Ecléa Bosi (1994) apontou que as lembranças se constituem na relação entre experiências individuais e contextos sociais, o que permite compreender que a memória não é estática, mas dinâmica, sendo constantemente reorganizada a partir das vivências e das necessidades do presente. Por isso, ao se considerar as dimensões mnêmicas, é possível compreender, principalmente no contexto marajoara, que a memória social não opera apenas como registro do passado, mas como prática ativa que orienta decisões, regula comportamentos e sustenta formas de organização da vida coletiva, contribuindo para a continuidade das práticas sociais e para a manutenção das relações entre as comunidades e os ambientes, formatando os *eco-sistemas*, que sintetizamos como a própria aceção do existir, logo, interagir em um determinado território.

Diante dessas discussões, observa-se que a memória social, as práticas cotidianas e as expressões religiosas no contexto marajoara não se constituem como dimensões isoladas, mas como elementos interdependentes que estruturam os modos de vida e a relação das comunidades com o território. Nesse sentido, a memória não apenas preserva experiências passadas, mas atua como princípio organizador das práticas sociais, orientando saberes, condutas e formas de interação com o ambiente, ao mesmo tempo em que se articula com sistemas simbólicos e espirituais que atribuem sentido ao espaço vivido. Assim, compreender essas dinâmicas de forma integrada permite evidenciar que os processos socioculturais na Amazônia marajoara se fundamentam em uma lógica própria de produção de conhecimento e organização da vida, na qual natureza,

cultura, religiosidade e experiência se entrelaçam, configurando aquilo que se reconhece como sociobiodiversidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a sociobiodiversidade na Amazônia marajoara não se reduz à coexistência entre diversidade biológica e diversidade cultural, devendo ser compreendida como processo historicamente constituído no qual práticas sociais, sistemas de conhecimento e formas de uso do território se articulam de maneira contínua, produzindo modos de vida que integram trabalho, religiosidade e experiências compartilhadas, o que permite reconhecer o território como espaço relacional no qual dimensões materiais e simbólicas se entrelaçam e orientam a organização da vida coletiva.

Nesse contexto, a religiosidade aparece como um dos elementos que estruturam percepções de mundo e orientam práticas sociais, não de forma homogênea, mas a partir de diferentes expressões que atravessam o cotidiano e participam da construção de sentidos sobre o ambiente, as relações sociais e as experiências vividas pelas comunidades.

A abordagem a partir da memória social possibilitou compreender que narrativas sobre experiências cotidianas, transformações ambientais e trajetórias comunitárias organizam formas de compreensão do território, contribuindo à produção de sentidos compartilhados que orientam práticas e relações sociais, sendo possível identificar que a circulação dessas narrativas ocorrem em espaços diversos, como o ambiente familiar, as atividades de trabalho e os momentos de convivência comunitária, nos quais

saberes são transmitidos e reinterpretados. A transmissão intergeracional de conhecimentos, nesse contexto, não se configura como processo formal, mas como prática situada que articula experiência, observação e participação, como ocorre no aprendizado de técnicas de pesca, na leitura dos ciclos das águas e na compreensão de referências espaciais que orientam deslocamentos e atividades produtivas, evidenciando que memória e prática se constituem de forma indissociável.

As práticas religiosas, por sua vez, se inserem nesse conjunto de relações ao comporem parte das experiências cotidianas e dos modos de organização social, manifestando-se tanto em celebrações coletivas quanto em práticas individualizadas, como aquelas associadas às encantarias e às pajelanças, nas quais diferentes formas de mediação espiritual participam da construção de sentidos sobre o mundo e da orientação de condutas. Nesse sentido, a religiosidade não se limita a uma esfera separada da vida social, mas se articula às demais dimensões da experiência, integrando práticas, narrativas e relações que contribuem para a organização do cotidiano e a definição de referências sobre o território.

A compreensão dessas dinâmicas permite reconhecer que o território marajoara é continuamente produzido por meio de práticas sociais, experiências compartilhadas e formas de conhecimento que articulam ambiente, trabalho e relações comunitárias, evidenciando que as formas de uso do espaço não são determinadas apenas por condições naturais, mas também por saberes acumulados, narrativas e sistemas de referência que orientam decisões e comportamentos. Nesse sentido, a sociobiodiversidade pode ser compreendida como expressão dessas

interações, resultando de processos que envolvem a construção social do território e a produção de modos de vida situados.

Dessa forma, a articulação entre sociobiodiversidade, religiosidade e memória social possibilita compreender a Amazônia marajoara como um contexto no qual diferentes dimensões da experiência se entrelaçam na constituição da vida coletiva, evidenciando que práticas sociais, saberes e narrativas contribuem para a organização do território e à continuidade das formas de vida locais. Ao considerar essas relações de maneira integrada, tornam possível evidenciar que os modos de existência na região são sustentados por processos históricos e sociais que articulam ambiente, cultura e experiência, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre as dinâmicas socioculturais amazônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Thomaz de La Rocque; SOLÓRZANO, Alexandro. Ecologias espirituais: relação entre espiritualidade e conservação da sociobiodiversidade. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 11, n. 3, p. 98-117, 2022.

BORGES, Wladimir. **Memórias da Amazônia**: cultura, identidade e resistência marajoara. Belém: Paka-Tatu, 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COSTA, Eliane Miranda. Narrativas antropológicas sobre materialidade e espiritualidade na Amazônia Marajoara. **Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, DF**, p. 09-12, 2018.

COSTA, Eliane Miranda. Os “patrimônios” da floresta: artefatos, saberes e práticas de comunidades tradicionais na Amazônia Marajoara. **História Oral**, v. 28, n. 1, p. 119-136, 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FAULHABER, Priscila. **O lago dos espelhos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEÃO, Dione do Socorro de Souza. **Cultura e resistência na Amazônia: memórias, identidades e educação popular**. Belém: EDUFPA, 2018.

LEÃO, Dione do Socorro de Souza. **Cultura e resistência na Amazônia: memórias, identidades e educação popular. Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELO, Diogo Jorge de. **Festas de encantarias: as religiões afro-diaspóricas e afro-amazônicas, um olhar fraterno em Museologia**. 2020. 269 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/ Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2020.

PACHECO, Agenor Sarraf. Encantarias afroindígenas na Amazônia Marajoara: Narrativas, Práticas de Cura e (In) tolerâncias Religiosas (Afroindígena Encantarias in the Marajoara Amazonia: Narratives, Cure Practices and Religious (in) tolerance. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 88-108, 2010.

PEREIRA, Maria de Nazaré; MELO, Diogo Jorge de; SOUZA, Alexandre Augusto Cals; MONTEIRO, Lidiane da Costa. Memórias dos “mais antigos”: tecendo enviras e matapis para compreender as identidades culturais ribeirinhas do Rio Sirituba (Abaetetuba-PA). **Revista DCS**, v. 22, n. 85, p. e4125-e4125, 2025.

SANCHES, Rosana de Carvalho. **Educação, memória e identidade: práticas culturais na Amazônia contemporânea**. Manaus: Valer, 2020. SARRAF, A. Território e memória na Amazônia Marajoara: a força simbólica da floresta e do rio. Belém: Editora Açaí, 2019.

¹ O termo é grafado desta forma, para evidenciar um conjunto de sistemas que envolvem o “ecos”, a casa, o território onde se habita.

² A noção de “ontologia política”, desenvolvida por Arturo Escobar (2015), refere-se à compreensão de que diferentes grupos sociais constroem distintas realidades a partir de suas relações com a

natureza, implicando disputas não apenas materiais, mas também sobre modos de existência e de conceber o mundo.